

Relatoria Andanças do Patrimônio*

Cidade: Teresina/PI

Data: 03/05/2025

Local da realização da atividade: Encontro Nacional do Conecta

Relator (es): Laís Helena de Queiroz, Alexandre Cavalcanti e Carolina Di Lello

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para: snpc@iphan.gov.br

*Em função do público e do tempo de debate, a oficina abordou apenas o eixo 1.

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada	
Desafios	Oportunidades
Fazer com que as pessoas voltem a acreditar na política após iniciativas que não geraram resultados	Aperfeiçoamento de políticas de patrimônio já em andamento Secretaria do estado da Paraíba lançou edital do ICMS cultural cujo projeto piloto só atende a capital
Definir o que significa gestão compartilhada para garantir que o retorno da gestão volte ao território.	Edital dos engenhos
Democratização não deve enfraquecer os espaços já estabelecidos (câmaras dentro de conselhos)	Sensibilização da gestão municipal para a política de patrimônio cultural
Atenção aos pontos e pontões de cultura para atender demandas locais e chegar no território	Estabelecer relações com os fóruns para além dos gestores.
Instituir instâncias de participação considerando a diversidade dos grupos culturais.	Espaços de participação social para detentores de bens reconhecidos que deliberem sobre o fomento ao patrimônio – democratização de mecanismos de fomento
Ausência de comunidade de MAF nas instâncias de participação	Normativas que respeitem as formas de organização do MAF
Desigualdade na distribuição de verba para bens tombados	Normativo de reconhecimento que reconheça a especificidades de preservação de bens de MAF e relação com seus territórios
Burocracia leva a demora ao atendimento de demandas da sociedade	Disponibilização de informação sobre uso dos bens tombados para atendimento à dispositivo da lei de

	fomento que incentiva a compra de imóveis tombado
Falta de dados sobre ocupação de bens tombados	Seduc e Semec para levar a educação patrimonial nas escolas, como uma forma de criar multiplicadores e evitar a desterritorialização do patrimônio
Ausência do Iphan (órgãos de preservação) nos conselhos estaduais.	Participação do Iphan nos conselhos. A presença poderá mobilizar a discussão do patrimônio
Falta de definição de competências para delimitar as responsabilidades dentro do SNC e SNPC	Realização de conferências de patrimônio para garantia da escuta da sociedade sobre a política de patrimônio a cada 4 anos.
Como vender aos municípios dos instrumentos existentes de fomento.	Estabelecer sistema de redes
	Diálogo da rede a partir das prefeituras para incentivar o acesso de recursos via ações de preservação e salvaguarda de patrimônio e cultura.
	Pensar a partir do que já tem
Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização	
Desafios	Oportunidades

--	--